

Políticas sociais e Poder local

Piedade Lalanda

Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

As políticas sociais são normalmente o parente pobre das políticas autárquicas. A preocupação em apresentar e contabilizar obras, edifícios, miradouros, pavilhões ou troços de estrada, para inaugurações em vésperas de eleições, não tem normalmente como base uma qualquer análise custo/benefício e não tem em conta, em geral, a avaliação das intervenções que contribuem para a mudança de comportamentos sociais.

As políticas sociais não se podem resumir a acções de propaganda nem passam por discursos recheados de boas intenções. Aliás, a dimensão essencial de qualquer política social, seja no apoio às famílias, às crianças, aos idosos, aos deficientes, ou outra, não corresponde a um somatório de acções (dez passeios, quatro jantares, abertura de “n” espaços num total de “n” utentes).

Qualquer programa governativo que dê prioridade às políticas sociais define como linha política estruturante a intervenção junto dos grupos sociais mais desfavorecidos e configura um modelo de desenvolvimento promotor da coesão social, da justiça, que aposta na participação e visa a autonomia dos cidadãos.

As políticas sociais devem ser políticas emancipadoras que libertem os indivíduos e os grupos dos seus constrangimentos o que implica dois tipos de intervenção:

- Cortar as amarras com o passado, para fazer emergir uma atitude transformadora em relação ao futuro e
- Ultrapassar a dominação ilegítima de alguns indivíduos ou grupos sobre outros.

Ou seja, as políticas sociais libertam e emancipam as comunidades e não devem criar dependências porque se fundamentam na justiça, na igualdade e, sobretudo, resultam de um movimento social que vem “de baixo para cima” ou seja, dos cidadãos para os órgãos de poder.

As políticas sociais são uma exigência para todos os níveis de intervenção governativa e, em particular, são uma responsabilidade do poder local porque exigem um envolvimento próximo do poder público, das iniciativas privadas, dos cidadãos anónimos, dos voluntários, e de todos aqueles que são objecto da ajuda e acompanhamento.

As políticas sociais não são uma mera rubrica no orçamento municipal, aliás, o que realmente produzem não é quantificável, pois que provocam o aparecimento de redes de interacção, cooperação, inter-ajuda, sinergias que transformam e potenciam as próprias competências da comunidade e dos seus membros.

Quando essas não são as prioridades, quando a cidadania não é um exercício comunitário, vão ficando na sombra velhos e novos problemas sociais, reveladores da falta de uma política social integrada.

- Os idosos, ficam esquecidos nas comunidades rurais enquanto os filhos rumam à cidade para viver num apartamento de custos controlados;
- A cidade, local sobrecarregado de espaços de consumo, seja de produtos essenciais ou secundários, torna-se numa fonte de conflito e tensão para aqueles que vivem com baixos salários, mas que se sentem aliciados, intoxicados por solicitações inalcançáveis, distanciando-se, cada vez mais, as classes sociais umas das outras.
- A pobreza e a exclusão social vão assumindo novos rostos, o das famílias monoparentais, em particular das mulheres com filhos, dos sem-abrigo, dos imigrantes ilegais, dos deslocados e dos repatriados que a emigração dos anos sessenta não soube ou não conseguiu integrar e naturalizar nos países de acolhimento.
- A desqualificação académica parece nunca ter fim, com a falta de incentivo à escolarização nas zonas rurais, mais distantes da cidade.
- A toxicodependência alastra por entre a camada mais jovem, que tenta fugir aos problemas, rodeada por lógicas que apenas promovem o seu isolamento e o individualismo.
- As dependências assumem o lugar dos laços de solidariedade perdidos em muitas famílias e revelam uma necessidade urgente de relações sociais significativas e comunitárias.
- A violência e os maus-tratos acontecem no silêncio das casas sem que os vizinhos se preocupem em denunciar, porque em muitos casos, mal conhecem quem vive do outro lado da rua.



Estes são alguns dos rostos ou facetas que assumem os problemas sociais actuais. Mas há quem ainda pense que, falar de problemas sociais ou de políticas sociais se resume aos casos de fome, falta de casa ou de emprego.

Quantas famílias, não se queixam de fome, mas vivem, de facto, em situação de isolamento e exclusão social!

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

As políticas sociais quando são estruturantes do poder local não se ficam, apenas, pela construção de estruturas ou equipamentos onde se arrumam as pessoas, nem tão pouco se ficam pela distribuição de alimentos e roupas de segunda mão. Não negando a importância que estas dádivas podem assumir na minimização das graves carências que afectam muitos indivíduos, todos sabemos que as pessoas que as dão não estão preocupadas com as famílias que as vão receber. Se não fora o trabalho intermediário das associações e de muitos voluntários, essas dádivas seriam meros remendos colocados em tecidos degradados. A dádiva, só por si, não reestrutura o modo de vida das famílias auxiliadas, onde muitas vezes se desconhece a forma de gerir os fracos recursos, os apoios disponíveis para que os filhos continuem a estudar e se vivem situações de violência, caladas por medo de tudo perder.

Os problemas sociais não são apenas carências, mas sobretudo, são a expressão da ruptura das relações sociais, sejam elas familiares, de relação com o mercado de trabalho, conviviabilidade, ajuda ou outra. Os excluídos são sempre elementos ou grupos isolados das redes sociais que estruturam as comunidades. Logo, as políticas sociais, que visam atacar estes problemas, têm forçosamente de envolver várias dimensões da rede que se desestruturou: família, trabalho, contexto social de residência, saúde

Veja-se o exemplo dos idosos. Todos os autarcas prometem investir em políticas sociais para os idosos, mas acabam sempre por fazer muito pouco, preocupados que estão em arranjar um espaço onde os “velhos”, como é frequente dizerem, possam reunir-se uma vez por semana e, esporadicamente – coincidindo com os ciclos eleitorais – dêem uns passeios de camioneta.

Esta não é a expressão de uma política social para idosos.

Os idosos necessitam de espaços de vida onde possam conviver entre idosos, mas também contactar com as gerações mais novas; os idosos gostam de ensinar o que a vida lhes ensinou, desde a forma de olhar o céu e descobrir o tempo que vai fazer, até ao bordado que permitiu ganhar o pão a muitas mulheres.

Os idosos não têm de ser entretidos, mas podem e devem ser considerados como pessoas com vontade para aprender, até a manipular o computador, a máquina fotográfica e outras tecnologias mais recentes.

Uma política social direccionada para os idosos não se resume ao espaço de convívio, mas deveria ter em conta a criação de dinâmicas promotoras da saúde mental, da vontade de viver e da qualidade de vida, através de espaços adequados à condição física, à necessidade de vigilância da saúde, ao apoio no domicílio e no transporte, de acordo com as características deste grupo social.

Os idosos não são restos, e por isso, merecem parcelas de investimento muito superiores àquelas que alguns municípios lhes destinam.

Muitas das intervenções, ao nível do poder local, consideradas como política social, são meras intervenções avulsas que calam a voz de uma população carente, mas que não se baseiam na sua cooperação e não promovem a sua emancipação. Antes pelo contrário, geram dependências: como me diziam os idosos numa freguesia rural, “dizem que se não votarmos neste presidente de junta, o convívio dos idosos acaba e acabam-se os passeios.”

Qualquer política social só é eficaz, quando as intervenções planeadas são capazes de criar dinâmicas próprias que:

- Façam funcionar os serviços em rede, aumentando a cooperação e a partilha de recursos materiais e humanos;
- Promovam a participação dos utentes ou dos cidadãos que são beneficiados, no planeamento e execução das medidas ou das iniciativas;

- E sejam uma resposta adequada e integrada na comunidade ou grupo, sem recorrer a medidas ou soluções padrão (chapa única).

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

As políticas sociais não se resumem à construção ou adaptação de edifícios ou equipamentos, sejam eles sedes de clubes associativos, apartamentos a custos controlados ou bairros de habitação social. Este é apenas um instrumento que, se não for integrado numa verdadeira política social, que intervenha nas relações das famílias ou dos grupos e associações com a comunidade, ao contrário de uma solução para um problema, pode passar a ser parte e causa de um conjunto mais vasto de problemas.

É o que frequentemente acontece com a política local de habitação, quando não é devidamente acompanhada de programas de inserção social das famílias, ou mais grave ainda, quando é usada como instrumento de arremesso político, seja com o Governo Regional, seja com outros parceiros institucionais.

Um bairro social, quando não devidamente planeado, na tipologia das habitações e sobretudo, antevendo a dinâmica comunitária que implica, pode transformar-se, rapidamente, num espaço de conflitos, marginalidade, degradação das relações, como é bem disso exemplo, o caso do bairro do Peixe Assado, no concelho de

Ponta Delgada, transformado numa nova periferia de exclusão por desleixo, incompetência ou abandono de quem não olha a meios para atingir fins, normalmente de promoção política.

Não basta ter casa para deixar de ser pobre, é preciso, sobretudo passar a ter acesso às respostas sociais que permitem transformar essa nova casa, num trampolim para uma nova vida. As políticas sociais que visam combater a exclusão e a pobreza, através da habitação têm de prever, antes do realojamento, por exemplo:

- A rede de transportes públicos e transporte escolar;
- O acesso aos serviços de saúde;
- A existência de espaços e equipamentos comunitários, nomeadamente: de apoio à família (creche, jardim de infância, centro de convívio), de coordenação da vida comunitária (condomínios, postos de informação,...) e da vida quotidiana (comércio, jardins, espaços de prática religiosa, a exemplo dos triatos do Espírito Santo...)

Ou seja, as políticas sociais, ao nível do poder local, que arrumam em edifícios os problemas, acabam por criar muitos outros porque, o próprio bairro passa ser a causa de novos desajustamentos. Uma tal política social não tem em conta que a pobreza e a exclusão social não são apenas o resultado de carências materiais mas a expressão da ruptura de relações sociais, logo, qualquer intervenção social ao nível de uma junta de freguesia ou de uma câmara que não vise, em primeiro lugar, o restabelecer desses laços, corre o risco de ter um impacto muito relativo, para não dizer duvidoso.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

A intervenção do poder local tem de estimular a participação dos actores sociais locais, seja através da criação ou do recurso a associações sem fins lucrativos, movimentos de voluntariado, ou grupos de moradores de um bairro.

A intervenção do poder local, em matéria de políticas sociais, deve envolver as associações e fomentar o associativismo, porque só assim as comunidades intervencionadas poderão se manter organizadas e dinâmicas quando termina o investimento inicial da autarquia.

De outro modo, e infelizmente acontece muitas vezes, distribui-se dinheiro sem criar uma rede integradora dos indivíduos ou grupos que se pretende apoiar. E esse dinheiro vai escoando por entre os problemas – um poço sem fundo – produzindo resultados muito limitados e transitórios.

As políticas sociais têm de apostar, ao nível local, em serviços de proximidade que, de forma técnica, competente, sistemática e contínua, intervenham no terreno junto das pessoas, utilizando metodologias produtivas e participativas, abandonando a imagem dos agentes administrativos que trabalham em gabinetes.

No quadro de uma política social verdadeiramente emancipadora, as iniciativas promovem a integração dos indivíduos e dos grupos a partir das suas capacidades. Por exemplo, promover a ocupação das crianças no espaço público não passa apenas por montar um

equipamento de “escorrega” igual a todos os demais do concelho, mas quem sabe, se umas mesas e uns espaços de sombra que permitam jogar às cartas ou ao dominó, ou a criação de um espaço de terra para jogos tradicionais ou actuais, não serão mais estimulantes?

O bem-estar social não se adquire porque se recebeu alguns benefícios materiais, estereotipados e simbólicos de uma classe social média, que conferem uma promoção aparente, mas que não produzem uma evolução positiva na redução das desigualdades sociais, em termos políticos e culturais.

Só quando as políticas sociais combatem ou contribuem para atenuar essas desigualdades é que se consegue aumentar a auto-estima dos indivíduos, tornando-os mais responsáveis pelo seu próprio futuro.

Infelizmente, o poder local nem sempre investe em políticas sociais que emancipem as comunidades porque os políticos a este nível de intervenção não querem perder a relação de dependência que alimentam com os seus munícipes.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Vivemos numa sociedade de consumo que vai abandonando, numa categoria, “resto”, todos os que não cabem nas categorias do produtivo, útil, jovem, com capital cultural, económico ou outro. Mas tal como nas estatísticas, é na categoria dos restos que podemos

encontrar a solução de quase todos os problemas, em particular daqueles que a vida ou as circunstâncias colocaram numa situação de “diferença”, aqueles, cujos laços de solidariedade se perderam ou estão fortemente fragilizados.

O poder local, enquanto poder de proximidade, tem por isso um papel fundamental na solução dos problemas sociais que, a sociedade, a vida e em parte todos nós, vamos criando, na sombra dos prédios de cimento e betão, longe das ruas asfaltadas e dos monumentos de circunstância.

É urgente que o poder local se afirme, sobretudo, pela capacidade de retirar as populações do isolamento, do analfabetismo, do desemprego, da miséria e das habitações degradadas e, por isso, é urgente investir em capital cultural, em qualidade de vida, em saúde e educação, pilares subterrâneos, que poucos se apercebem, mas que são o suporte do edifício que é uma sociedade desenvolvida.

Se as políticas sociais não forem uma prioridade para os autarcas, então não prometam o bem-estar para todos, porque estarão a mentir.

E, as políticas sociais só serão uma prioridade, quando a principal preocupação dos autarcas for, por exemplo:

- Dar resposta a todos os idosos sem apoio;
- Garantir o transporte a todas as crianças que querem estudar;
- Apoiar as famílias sem recursos;
- Libertar as ruas de barreiras para deficientes,

entre muitas outras acções que possam transformar a vida dos mais carenciados e mais fragilizados, cumprindo, desta forma, os objectivos para o Milénio consagrados pela Unesco, contribuindo



para a Erradicação da Pobreza e da Exclusão social, necessidade urgente de que foi internacionalmente relembrada, no passado dia 17 de Outubro.

Para terminar, talvez fosse bom lembrar que, quando ao nível do poder local, se faz o diagnóstico dos problemas sociais, se intervém de forma estruturada, técnica e, sobretudo, se recriam laços de solidariedade que acolhem as pessoas e promovem a sua participação, como diria o povo, não é para agradecer, porque esses autarcas não fizeram mais do que a sua obrigação.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 18 de Outubro de 2005

Piedade Lalanda
Grupo Parlamentar do Partido Socialista